

# A representação do conhecimento em política de informação por meio de mapa conceitual

**Maria Rosemary Rodrigues**

Universidade Estadual de Londrina - UEL - Paraná - Brasil

**Teresinha Elisabeth da Silva**

Universidade Estadual de Londrina - UEL - Paraná - Brasil

**Brígida Maria Nogueira Cervantes**

Universidade Estadual de Londrina - UEL - Paraná - Brasil

Representação do conhecimento Organização do conhecimento Política de informação Mapa conceitual Sistemas de conceitos Conceito	<p><b>Objetivo</b></p> <p>Classificar hierarquicamente os conceitos de Política de Informação de forma sistemática e observar se há inter-relacionamentos entre os conceitos. Método. Estudo bibliográfico como delineamento metodológico e utilizou-se o Mapa Conceitual para analisar, sintetizar e representar os conceitos de Política de Informação. Resultados. Considera-se que a Representação do Conhecimento, por meio dos mapas conceituais, evidencia que existem inter-relacionamentos dos conceitos de Política de Informação citados neste estudo. No âmbito dos autores brasileiros, a Política de Informação se categoriza pelo aspecto regulatório e o processo democrático, logo, no contexto dos autores internacionais, percebeu-se a Política de Informação sendo de ampla utilidade para a sociedade e, de forma restrita, está voltada para algum segmento.</p> <p><b>Conclusões</b></p> <p>Este estudo permitiu identificar os conceitos-chave elementares que compõem o conceito de Política de Informação, mesmo que de modo não exaustivo, no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento, por meio de mapas conceituais. Por fim, salienta-se a possibilidade de aproximação entre as áreas que integram o campo da Ciência da Informação, buscando uma maior aproximação da Organização e Representação do Conhecimento com os estudos conceituais da Política de Informação.</p>
--	---

## The knowledge representation in information policy through the conceptual map

Representation of knowledge Organization of knowledge Information policy Concept map Concept systems Concept	<p><b>Objective</b></p> <p>Classify the Information Policy concepts hierarchically in a systematic way and observe if there are interrelationships among the concepts. Method. A bibliographic study as a methodological design and the Conceptual Map was used to analyse, synthesize, and represent the concepts of Information Policy. Results. It is considered that the Knowledge Representation, through the concept maps, shows that there are interrelationships of the Information Policy concepts mentioned in this study. Within the scope of national authors, the Information Policy is categorized by the regulatory aspect and the democratic process, therefore, in the context of international authors, the Information Policy was widely perceived as being useful for society and, in a restricted way, it is oriented to some segment.</p> <p><b>Conclusions</b></p> <p>This study made possible to identify the key elementary concepts that constitute the concept of Information Policy, even if not exhaustively, within the scope of the ORC, through concept maps. Finally, the possibility of approximation among the areas that are part of the field of Information Science is emphasized, seeking to draw the Organization and Knowledge Representation closer to the conceptual studies of Information Policy.</p>
---	--

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é mostrar resultados de estudo acerca da representação dos conceitos de Política de Informação por meio de mapa conceitual, para tanto tomou-se por base o texto de Pasek (2015) para arrolar autores internacionais. Em razão do objeto de estudo, os assuntos que permeiam o estudo são: Mapa Conceitual e Política de Informação.

A argumentação fundamenta-se na classificação hierárquica dos conceitos de Política de Informação, utilizando-se do Mapa Conceitual, por meio do software Cmap Tools, por se revelarem um “Sistema de Conceitos entre os quais existem ou foram estabelecidas relações formando-se, assim, um todo coerente [...]” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 342) de modo a estruturar continuamente os conceitos para se obter algum objetivo. Além disso, o Mapa Conceitual encontra-se inserido no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento (ORC), visto que podem vir a cumprir diferentes funções, dependendo do objetivo que se quer alcançar.

Lima e Álvares (2012) destacam que a organização do conhecimento, no sentido mais amplo, é o modo de sistematizar ordenadamente os conceitos para alcançar determinado objetivo. Para isso, tornou-se necessária a criação de instrumentos de organização e representação do conhecimento apropriado para classificar, ou seja, identificar, selecionar e representar de forma hierárquica os conceitos de algum conhecimento (Francelin; Pinho, 2011).

Para Bräscher e Café (2008) a Organização do Conhecimento (OC) compreende processos que se dispõem a construir representações do conhecimento, por meio da análise de conceitos. Para as autoras, as características dos conceitos determinam a posição em que cada conceito ocupará em algum domínio do conhecimento, e suas relações promovem a compreensão que estabelecem entre si. Assim, pode-se dizer que a Organização do Conhecimento busca “[...]

mapear a extensão e intenção dos conceitos de acordo com o corpo discursivo em que são adotados” (Café et al, 2017, p. 92).

A Representação do Conhecimento (RC) ocorre por meio de várias possibilidades e, de acordo com Barité (2013), está relacionada à Organização do Conhecimento, pois representa o conhecimento de qualquer área do conhecimento por meio de símbolos notacionais ou conceituais.

Fujita (2008, p. 6) menciona que a representação do conhecimento é compreendida por Dahlberg (2006) como “estrutura lógica de representação conceitual e, também, o resultado da identificação de conceitos por termos determinados”. Deste modo, entende-se que a representação do conhecimento possui duas características diferentes: 1) Ocorre pela representação do conhecimento por meio de conceitos; 2) Manifesta-se pela representação da estrutura lógica do conhecimento, que vem a ser o resultado da atividade da Organização do Conhecimento.

Assim, para representar é fundamental, antes de tudo, organizar ou colocar em ordem o conhecimento que surge nas ciências por que, nas diversas ciências, a representação do conhecimento empenha-se em materializar o pensamento humano e a construção do conhecimento, isto é, representar uma unidade de conhecimento ou o conceito (Novo, 2013).

Neste contexto, este estudo tem como objetivo, classificar hierarquicamente os conceitos de Política de Informação de forma sistemática e observar se há inter-relacionamentos entre os conceitos. Utilizou-se o Mapa Conceitual como estratégia metodológica para analisar, sintetizar e representar os conceitos de Política de Informação.

## Mapas conceituais para sistematizar conceitos

O mapa conceitual refere-se a um instrumento desenvolvido pelo professor Joseph Donald Novak na Universidade de Cornell na década de 1970. Novak fundamentou seus estudos na teoria da Aprendizagem Significativa proposta pelo psicólogo David Ausubel que entendia que o conhecimento prévio era relevante na assimilação de novos conceitos (Novak, 2000). De acordo com Moreira (2006, p. 45-46) os mapas conceituais são “diagramas hierárquicos que indicam relações entre conceitos [...] e procuram refletir a organização conceitual de uma disciplina ou parte dela”. Significa dizer que o mapa conceitual vem representar a estrutura conceitual de alguma fonte de conhecimento em razão de ser um modelo organizado para representar conceitos e as relações neles incluídas.

Na visão de Novak (2000), o mapa conceitual busca estruturar o conhecimento por meio de conceitos e frases de conexão para representá-lo graficamente. Nesse sentido, o conceito se posiciona e é representado no mapa conceitual dentro de retângulos que se conectam por meio de verbos ou pequenas frases de ligação, localizados nas linhas de ligação, elaborando proposições através de frases compreensíveis. Para complementar, Souza e Boruchovitch (2010, p. 780) alegam que “[...] conceitos são representações de um objeto pelo pensamento, relativamente às suas características gerais, sendo expressos por palavras que os descrevem e particularizam”. Além disso, Dahlberg (1978) reconhece o conceito como unidade de conhecimento, isso porque o conceito é relevante para qualquer área do conhecimento, podendo vir a construir algum sistema de pensamento, teoria ou conceber determinado objeto, ideia, fato ou fenômeno. Já como unidade de comunicação, o conceito possibilita o diálogo entre autores e diferentes realidades. Por fim, a compreensão de um conceito acontece por meio das propriedades que lhe são atribuídas, ou seja, as características (Barros, 2016).

Dessa forma, Moreira González et al. (2004) revelam que o mapa conceitual pode ser

utilizado para auxiliar na aprendizagem, gerar e comunicar ideias e desenhar estruturas complexas por meio da organização do conteúdo, sendo capaz de auxiliar na compreensão da construção do conteúdo da pesquisa. Dutra (2006) afirma que é necessário um esforço cognitivo, pois este ato promove a construção das proposições, onde se encontra a abstração do sujeito, vindo a explicar as relações entre os conceitos, representando o pensamento do indivíduo. Também, o potencial do mapa conceitual, de acordo com Tavares (2007, p. 74), denota que o ir e vir para a sua construção “[...] irá facilitar a construção de significados sobre conteúdo do que se está sendo estudado”. Nesse contexto, verifica-se a necessidade de compreensão dos conceitos através da operação conceitual que se refere ao processo de estudar os conceitos.

## Conceitos de política de informação

De origem grega (polis), a política introduz um marco importante no processo civilizatório, uma vez que é criada pela sociedade para sua própria organização. Contemporaneamente o termo política tem, basicamente, dois significados amplamente difundidos: a) como luta pelo poder; b) como diretrizes, normas, orientações e regulações.

Por sua vez, a informação e a forma como a compreendemos são fenômenos da contemporaneidade. Isto porque, anteriormente ao século XX, o substantivo informação e o verbo informar eram utilizados com significado de notícias e acontecimentos (Silva, 2019). Atualmente, a informação é um ativo com variadas formas de relevância, promove modificações nos ambientes, vindo a estabelecer como a sociedade se organiza e se relaciona. E, uma vez que a sociedade sofre mudanças rápidas e constantes, ao mesmo tempo em que a informação é motivo da mudança, ela também se altera com base nas mudanças que promove. Assim, pode-se dizer que, “[...] a informação se comporta como se comporta a dinâmica social” (Silva, 2019, p. 179), pois refere-se a um “[...] elemento fluido nessa sociedade em transformação” (Silva, 2019, p. 179).

Em razão das constantes mudanças em razão da dinâmica social, é fundamental a existência da Política de Informação com a função de normalizar e regularizar ambientes informacionais para instituir regras para que os recursos sejam administrados harmonicamente, pois o conceito de informação eleito é que determinará a direção da política de informação. Ou seja, se o conceito de informação escolhido se referir à informação bibliográfica, a política de informação estará votada para a Biblioteconomia e assim para outras áreas do conhecimento. De qualquer forma, a política de informação é elemento importante para a organização e as relações no âmbito da sociedade (Silva, 2019).

Conforme Orna (2008) destaca, nos primórdios das discussões sobre política de informação, as ações voltadas para a informação científica e tecnológica tiveram importância fundamental para o desenvolvimento tanto do conceito de política de informação, quanto do conceito de Ciência da Informação propriamente dita. Neste sentido, vemos no Brasil as contribuições do então diretor do IBICT, Antonio Agenor Briquet de Lemos, quando em 1987, direciona o entendimento de a política como “um conjunto de preceitos e orientações, baseado em princípios suficientemente genéricos e consensuais, que levam a determinadas ações dirigidas a determinados fins” (Lemos, 1987, p. 3). Briquet de Lemos inaugura, na teoria, as discussões sobre política de informação a partir de sua prática voltada para informação em ciência e tecnologia.

Na década de 1980 as reflexões da Ciência da Informação ultrapassavam o campo restrito da informação, trazendo à tona principalmente

conceitos relacionados à sociologia, à política e à cultura em razão da democratização do país. Além disso, nas últimas décadas do século XX, o campo da Política da Informação passou por transformações provocadas pelas tecnologias que envolvem todos os âmbitos da vida social. No Brasil, o campo de estudo da Política de Informação recebe contribuições significativas, advindas de estudiosos como: González de Gómez (2002), que destaca o Estado como responsável pela formulação desses marcos regulatórios, no embate, com a sociedade civil. O Estado brasileiro como ator que direciona e impõe políticas, conforme Jardim e Marcondes (2003) e Barreto (2003), que revelam um entendimento de que a política de informação é um jogo político entre Estado e sociedade civil, referindo-se às políticas públicas. Gontijo (2002) identifica as transformações sociais apontadas por Rowlands (1996) e destaca os dois principais fatores que direcionaram as abordagens do campo de pesquisa da Política de Informação, tais como: a afinidade entre mídia, tecnologia de informação e serviços e, o relacionamento entre a política de informação e a melhoria econômica e social das sociedades. Assim, observa-se que na década de 1980, a Política de Informação, nos âmbitos teórico e prático, se reporta às ações governamentais. Entretanto, na década de 1990 as oportunidades se diversificam e, na atualidade, ampliaram-se os interesses nos estudos sobre Política de Informação.

A seguir, no quadro 1, apresentam-se os conceitos de Política de Informação mencionados por autores brasileiros, no período de 1987 a 2003.

Quadro 1 – Conceitos de Política de Informação - Autores brasileiros

Conceitos Clássicos de autores brasileiros	
Lemos, Antonio Agenor Briquet de. Política de informação em ciência e tecnologia (Conferência). In: <b>Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação</b> , 14., 1987, Recife. [Anais...] Recife, 1987.	<b>“Conjunto de preceitos e orientações</b> , baseado em <b>princípios</b> suficientemente <b>genéricos</b> e consensuais, que <b>levam a determinadas ações</b> dirigidas e a determinados fins”
Japiassú, Hilton; Marcondes, Danilo. <b>Dicionário básico de filosofia</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.	“políticas de informação”: <b>conjunto de leis, regulamentos e políticas que estimulam ou regulam a geração, o uso, o armazenamento e a comunicação de informação.</b> ”
Aun, M. P. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. <b>Ciência da Informação</b> , Brasília, v. 28, n. 2, maio/ago. 1999.	“A construção de uma política de informação implica o que é verdadeiramente <b>prioritário: a articulação de medidas para que a sociedade se desenvolva</b> de forma justa e democrática”
Jardim, José Maria; Marcondes, Carlos Henrique. Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. <b>DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação</b> , v. 4, n. 2, abr. 2003.	“É um componente dos <b>dispositivos de mediação</b> no jogo democrático que <b>envolve Estado e Sociedade Civil</b> . As condições em que é produzida, estocada e disseminada dentro e fora do Estado determinam e são determinadas - direta ou indiretamente - pela diversidade de atores do cenário político social”.
Barreto, Aldo de Albuquerque. Políticas Nacionais de Informações: discursos ou ação. <b>Data GamaZero: revista de Ciência da Informação</b> , v. 4, n. 2, abr. 2003.	“Uma política de informação [...] seria um ritual de passagem, <b>passagem de uma intenção formal</b> de um discurso de governo para sua implementação como uma <b>ação coordenada de governo</b> . Um caminho que vai do <b>discurso político</b> à atuação de governo”.
Silva, Terezinha Elisabeth. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. <b>Inf. Soc.</b> , João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 8-13, jan./dez. 1991.	“Política de informação <b>significa uma decisão governamental, direcionando as atividades do setor. Explícita ou implícita</b> - difusa na massa das <b>políticas públicas</b> - ela é o resultado de uma correlação de forças dentro do Estado”.
Barreto, Aldo de Albuquerque. Políticas Nacionais de Informações: discursos ou ação. <b>Data GamaZero: revista de Ciência da Informação</b> , v. 4, n. 2, abr. 2003.	“O destino final de uma política nacional de informação é <b>controlar a geração, e a organização das atividades de informação</b> ; Visando uma distribuição socialmente justa desta informação, com a <b>intenção de gerar conhecimento no indivíduo</b> e induzir seu desenvolvimento pessoal e dos seus espaço de convivência”.
González de Gómez, Maria Néida. Novos cenários políticos para a informação. <b>Cienc. Inf.</b> , Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.	“o qual salienta que a política de informação pode ser entendida como o <b>conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir ou a mudar e substituir um regime de informação, podendo ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro</b> ”

Silva (2019) argumenta que os conceitos clássicos podem ser categorizados em dois tipos: Política de Informação como utilidade e Política de Informação em sua função para a sociedade.

Política de Informação em relação à sua utilidade refere-se ao aspecto regulatório, relevante no âmbito de estudo da política de informação, pois, “[...] em última instância é a regulação que seria capaz de promover maior equilíbrio das condições de produção, distribuição, acesso e uso dos recursos de informação e comunicação” (Silva, TOMAÉL, 2009, p. 17). Lemos (1987), Jaeger (2007) e

Braman (2011) são alguns dos autores que mencionam a política de informação em seu aspecto regulatório.

Política de Informação em relação a sua função para a sociedade e como elemento importante do processo democrático refere-se “[...] as condições de acesso à informação e serviços governamentais e ampliação da qualidade desses serviços” (Jardim; Marcondes, 2003, p. 14). Aun (1999), Barreto (2003) e Jardim e Marcondes (2003) são alguns autores que se destacam nessa vertente.

Considerando o campo teórico em nível internacional Pasek (2015) expõe definições de

Política de Informação e relata que esse conjunto de definições representa perspectivas e interesses diferentes conforme flui a informação. Em razão disso, as definições mais úteis da política de informação referem-se às etapas do ciclo de informações, da criação ao uso.

Por este motivo, o quadro 2 apresenta-se em duas categorias: na primeira parte as definições concentram-se, principalmente, no papel dos

governos na formação da sociedade e na segunda parte do quadro, destacam-se outras definições mais amplas que reconhecem a influência dentro da comunidade, comércio e organizações.

Em seguida, destacam-se os conceitos de Política de Informação na visão de pesquisadores internacionais, referidos no texto da autora

**Quadro 2** – Conceitos de Política de Informação referidos no texto de Judith Pasek – Autores internacionais

Pasek, Judith E. Defining information policy; relating issues to the information cycle, <i>New Review of Academic Librarianship</i> , v. 21, n. 3, p. 286-303. 2015. <i>Política de Informação define-se como:</i>	
Pajaro, Rosalba; BETANCOURT, Valeria. <b>What is National Information Policy?</b> building national information policies: experiences in Latin America. Kingston: Ed. Isidro Fernandez-Aballi, UNESCO, 2007. p. 20-27.	A Política de Informação é um <b>conjunto de diretrizes que orienta a preparação das ações</b> para garantir o acesso da informação a fim de buscar todos os tipos de <b>atividades</b> (sociais, econômicas e políticas) almejando o desenvolvimento do país.
Jaeger, Paul T. Information policy, information access, and democratic participation: the national and international implications of the Bush administration's information politics. <i>Government Information Quarterly</i> : Elsevier, n.24, v.4, 200. p. 840-859.	A Política de Informação é a <b>combinação de leis, regulamentos, regras e diretrizes que orientam a criação, gerenciamento e uso da informação.</b>
Weingarten, Fred W. Federal information policy development: the congressional perspective. In: McClure, Charles R., Hernon, Peter, Relyea, Harold C. (Ed.). United States <b>Government Information Policies</b> . Norwood, NJ: Ab lex Publishing Company. 1989. p. 77-99.	A Política de Informação abrange o <b>conjunto de todas as leis e regulamentos do setor público e encoraja a política ou regula a criação, uso, armazenamento, comunicação e apresentação da informação.</b>
Braman, Sandra. Defining information policy. <i>Journal of Information Policy</i> , n. 1, 2011. p. 1-5.  McClure, Charles R; Jaeger, Paul T. Government information policy research: importance, approaches, and realities. <i>Library &amp; Information Science Research</i> , n. 30, v. 4, 2008. p. 257-64.	A Política de Informação é composta por <b>leis, regulamentos e doutrinas posicionadas para praticar decisões efetivas envolvendo criação, processos, fluxos, acesso e uso.</b> A Política de Informação é um <b>conjunto de objetivos específicos criado pelo governo para moldar a criação, acesso, gerenciamento, alteração, segurança, exibição, coleta e outros usos da informação.</b>
Burger, Robert H. <b>Information policy: a framework for evaluation and policy research.</b> Norwood, NJ: Ablex, 1993.	A Política de Informação são <b>mecanismos sociais usados para controlar a informação.</b>

<b>Outras definições que podem reconhecer influências dentro de comunidades, comércios e organizações.</b>	
Maxwell, Terrence A. Toward a model of information policy analysis: speech as an illustrative example. <b>First Monday</b> , n. 8, v. 6, 2003. n. pag. web.	A Política de Informação pode ser <b>social, política, legal, econômica e tecnológica nas decisões lógicas sobre o papel da informação na sociedade</b> . Essas decisões operam tanto no nível social, quanto na aplicação em organizações nacionais e internacionais e, em nível instrumental, elas impactam a <b>criação, disseminação, uso e preservação da informação</b> .
Mêgnighbêto, Eustache. Information policy: content and challenges for an effective knowledge society." <b>The International Information &amp; Library Review</b> , n. 42, v. 3, 2010. p. 144-48. web.	A Política de Informação é um <b>conjunto de estratégias e ações definidas em nível institucional</b> ou gráfico a fim de satisfazer as necessidades informacionais que <b>assegura o indivíduo pelo desenvolvimento das metas</b> .
Montviloff, Victor. <b>National information policies: a handbook on the permutation, approval, implementation, and operation of a national policy on information</b> . Paris: UNESCO, 1990.	A Política de Informação aplicada no campo da informação, as políticas fornecem <i>orientações para o desempenho de uma estratégia e programas para o desenvolvimento e uso de recursos, serviços e sistemas de informação</i> .
Schement, Jorge Reina; CURTIS, Terry. <b>Tendencies and tensions of the information age: the production and distribution of information in the United States</b> . New Brunswick: Transaction Publishers, 1995.	A Política de Informação inclui todas as políticas relacionadas a <b>alocação de recursos com o objetivo de institucionalizar informações e fornecer acesso para os canais de comunicação</b> .
Porat, Marc Uri. The information economy: definition and measurement. Washington: <b>OT Special Publication (1): US Department of Commerce, Office of Telecommunications</b> , 1977. ERIC. Web. p. 77-12.	A Política de Informação atende as questões levantadas pelos esforços combinados <b>com a Tecnologia da Informação (computadores e telecomunicações) no mercado e eventos</b> não mercadológico.

Observa-se que o quadro 2 apresenta conceitos amplos e conceitos restritos de Política de Informação. Os conceitos amplos revelam-se como sistemas quando se referem como utilidade para a sociedade, a exemplo de Instituições Públicas e Governamentais voltadas para a questão social. Os conceitos restritos se manifestam quando se referem a processo específico, que está voltado para algum segmento. Exemplo: Tecnologia, Mercadologia, Empreendedorismo.

A Política de Informação, segundo autores internacionais mostram, está voltada para sociedade por meio do acesso à informação estruturada pelas principais etapas do ciclo da informação: criação, produção, distribuição, acesso e uso.

### **Mapa conceitual como estratégia metodológica**

O objetivo deste estudo foi classificar hierarquicamente os conceitos de Política de

Informação de forma sistemática e observar os inter-relacionamentos. Para responder a essa questão, primeiro, utilizou-se o estudo bibliográfico como delineamento metodológico. O estudo bibliográfico busca "[...] conhecer e analisar as contribuições teóricas sobre um determinado tema ou problema, ou seja, a Política de Informação, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa" (Koche, 2009, p. 122).

A segunda etapa deste estudo utiliza o Mapa Conceitual como estratégia metodológica para analisar, sintetizar e representar os conceitos de Política de Informação e sua construção pode ser realizada a partir de algumas estratégias segundo Paiva e Freitas (2005): pela leitura de livros, artigos entre outros e pela elaboração segundo conhecimento prévio. Para efeito deste estudo, será evidenciada a leitura de artigos.

Para esta estratégia pode-se seguir os seguintes passos:

- a) Leitura inicial do texto para a compreensão geral do assunto;
- b) Releitura destacando-se os conceitos mais importantes;
- c) Retirada de palavras ou expressões destacadas e organização em uma folha de papel ou na tela do computador<sup>1</sup>;
- d) Conexão entre as palavras ou expressões com verbo ou expressão que caracterizam ação (é importante salientar que estas conexões devem dar significado às palavras ou frases interligadas);
- e) Reorganização dos conceitos de forma que as interligações fiquem claras.

Os mapas conceituais podem ser desenvolvidos de diferentes maneiras para o mesmo conjunto de conceitos e também mudarão conforme os entendimentos dos relacionamentos entre os conceitos forem se alterando. Para efeito deste estudo, a próxima seção destaca a representação do conhecimento a respeito da política da informação por meio de mapa conceitual.

### **A representação do conhecimento de política da informação por meio de mapa conceitual**

Este estudo explorou no âmbito da ORC, por meio da ferramenta mapas conceituais, para classificar hierarquicamente os conceitos de Política de Informação de forma sistemática e observar se há inter-relacionamentos. O mapa conceitual refere-se a uma ferramenta para construir a estrutura conceitual de algum conhecimento, por meio de conceitos.

O uso do Mapa Conceitual como estratégia metodológica possibilita, por meio da leitura do documento e da extração de conceitos, identificar os conceitos gerais e os conceitos específicos de análise e síntese. Na análise seleciona-se, decompõe-se e elege-se hierarquicamente os conceitos-chave, representados no Quadro 1: Conceitos de Política de Informação - autores brasileiros e no Quadro 2: Conceitos de Política de Informação mencionados no texto de Judith Pasek – autores internacionais, descritos na seção anterior.

Prosseguindo, realiza-se a síntese em que se recompõem as partes para o todo, ordenando e agrupando, uma vez que essas etapas organizam e realizam a associação, ou seja, quando geram um novo conhecimento. Dessa forma, o mapa conceitual representa o conhecimento definido por conceitos e a sua construção deve-se iniciar a partir do domínio de conhecimento de cada pessoa.

Para representar o resultado da síntese desse estudo, construiu-se, primeiramente, um mapa conceitual apresentado na figura 1 – Classificar hierarquicamente os conceitos de Política de Informação (autores brasileiros) e, em seguida, outro mapa conceitual apresentado na figura 2 - Classificar hierarquicamente os conceitos de Política de Informação (autores internacionais) e, para um melhor entendimento do segundo mapa conceitual, a sua leitura deve iniciar pela cor vermelha, seguida pela leitura da cor azul, prosseguindo pela leitura da cor roxa e finalizando a leitura na cor verde.

<sup>1</sup> Neste estudo, utilizou-se o Cmap Tools, software de download gratuito e traduzido em 17 idiomas. Foi desenvolvido pelo Institute for Human and Machine Cognition (IHMC) - Flórida e concebido sob

a coordenação de Aberto J. Cañas, juntamente com a colaboração de Joseph D. Novak (Prats Garcia, 2013, tradução nossa).



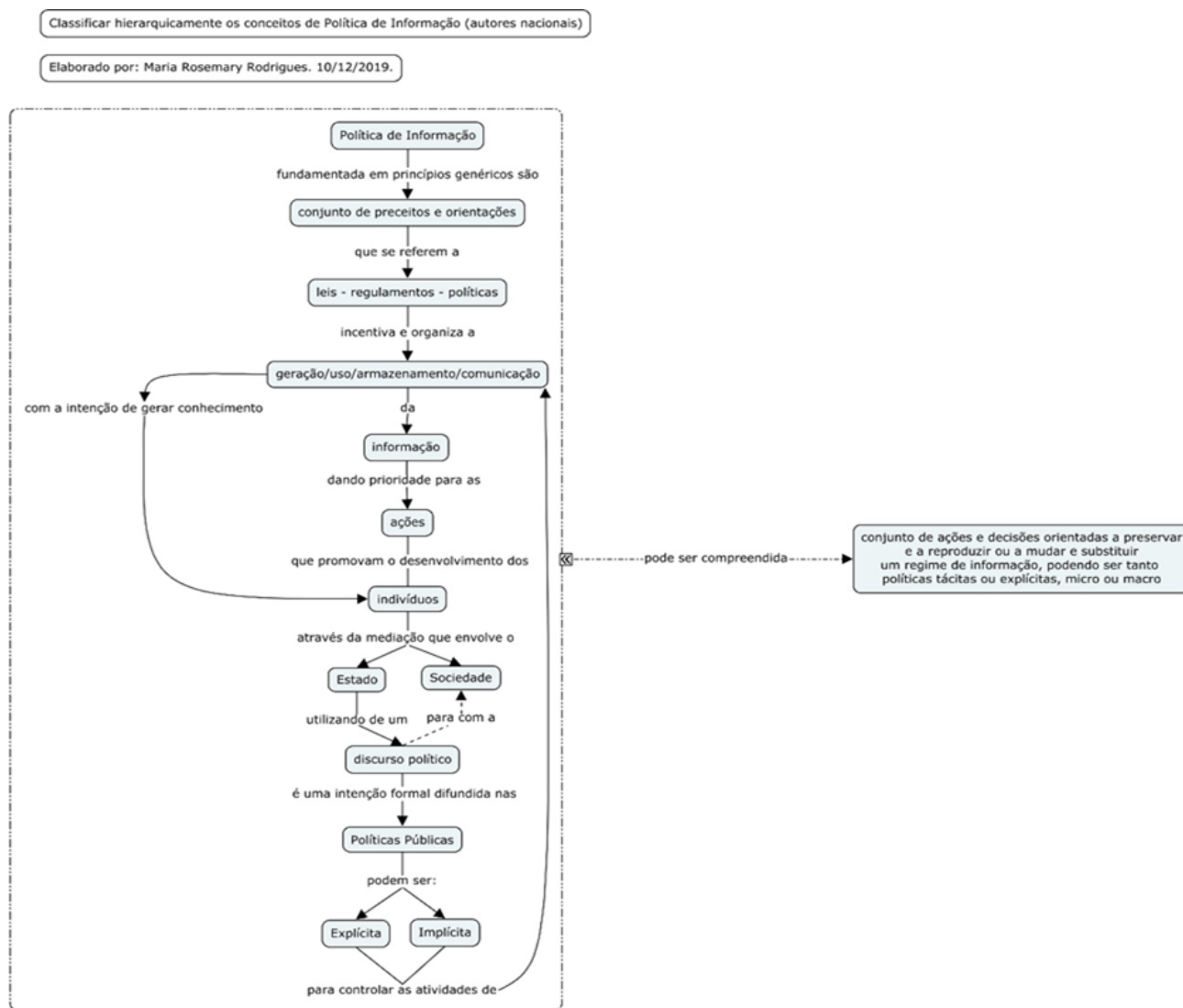


Figura 1 – Classificação hierárquica dos conceitos de Política de Informação (autores brasileiros)

Ao classificar hierarquicamente os conceitos de Política de Informação dos autores brasileiros, observou-se que a Política de Informação são leis e normas para tratar das questões informacionais em determinada época ou

contexto em que se coloca em jogo alguma questão democrática e o processo para se garantir a democracia. Em razão disso, a Política de Informação se categoriza pelo aspecto regulatório e o processo democrático.

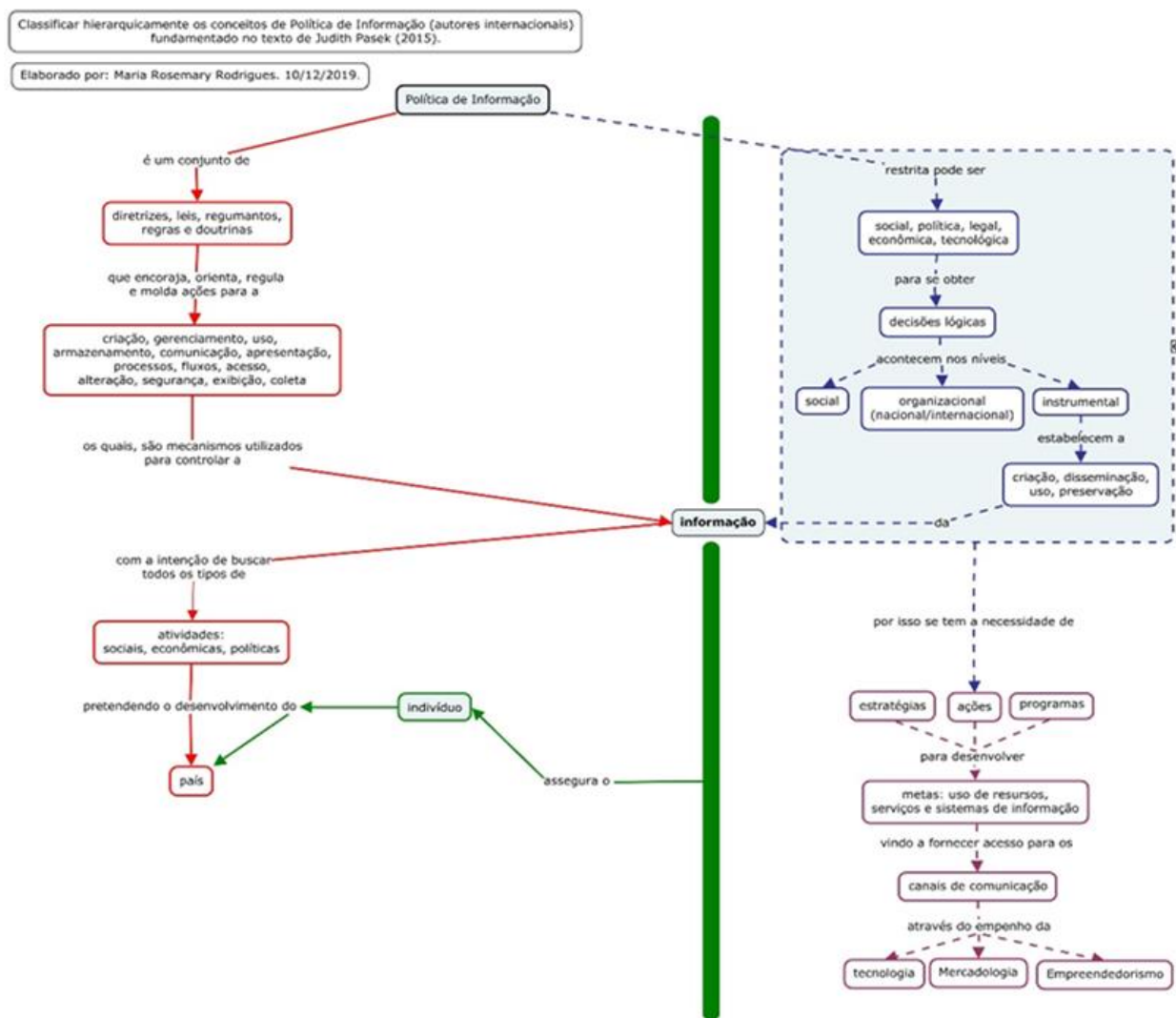


Figura 2 - Classificação hierárquica dos conceitos de Política de Informação (autores internacionais)

Para a classificação hierárquica dos conceitos de Política de Informação elaborados por autores internacionais, observou-se que a Política de Informação de forma ampla corresponde a sua função de utilidade para a sociedade, pois são leis que regulam ações de mecanismos para controlar a informação por meio de atividades para o desenvolvimento do país. Por outro lado, de forma restrita, refere-se a um processo em específico, em razão de estar voltada para algum segmento. Mantém aquele mesmo objetivo da acepção mais ampla, porém, utiliza estratégias para desenvolver metas para o acesso a canais de comunicação por meio da tecnologia, telecomunicações e o mercado. Para fundamentar o processo de classificar hierarquicamente os conceitos de Política de Informação de forma sistemática e observar se há inter-relacionamentos no âmbito da ORC por

meio dos mapas conceituais, citamos Novo (2013, p.126) para quem “Os modos de formação dos conceitos ou de representações conceituais são estabelecidos por estruturas sistêmicas”. Isto vale dizer que, a partir de um conceito e suas características, podem ser observadas as relações dentro de um mesmo universo.

Isto posto, observa-se que a Representação do Conhecimento por meio dos mapas conceituais demonstra que existem inter-relacionamentos dos conceitos de Política de Informação mencionados, tanto pelos autores brasileiros, quanto pelos internacionais. Isto porque:

- a) os autores possuem conceitos semelhantes;
- b) os conceitos-chave permanecem os mesmos na literatura;

- c) os conceitos gerais referem-se a normas, regras para monitorar demandas informacionais;
- d) os conceitos mais específicos, reportam-se a processos com objetivos e metas intrínsecas para promover a democracia por meio dos canais de comunicação;
- e) os conceitos de Política de Informação estão direcionados para a sociedade.

Para amparar os inter-relacionamentos encontrados nos conceitos de Política de Informação, apresenta-se Freire (2008) ao mencionar que a Política de Informação pode ser elaborada sob duas abordagens: de forma básica, pelos aspectos gerais da produção de informação (Ex: tecnologia de informação, às telecomunicações, entre outras) e, de forma específica, para caracterizar determinado setor de atividade utilizando-se de objetivos e metas particulares (Ex: produção de conteúdos e acesso livre a fontes de informação relevantes na Internet), pois, favorecerá a prática da cidadania (Silva, 1991).

Por este motivo, reporta-se a Lemos (1990), ao mencionar que, para a elaboração de uma política, é essencial determinar o que se precisa, os meios para alcançá-los e a quem a política irá atender, ou seja, grupos específicos e a sociedade como um todo.

### **Considerações finais**

Nas considerações deste estudo sobre classificar hierarquicamente os conceitos de Política de Informação de forma sistemática e observar se há inter-relacionamentos entre os conceitos, constata-se que é exequível por meio dos mapas conceituais, em razão de ele se manifestar como um sistema de conceitos, visto que representa o conhecimento estabelecendo relações e formando um todo coerente para se obter um objetivo.

Ressalta-se que a representação do conhecimento de política da informação por meio de mapa conceitual, está em consonância

com os autores sobre esse tema referenciados na seção 2: Mapas Conceituais para sistematizar conceitos, no entanto, destacando dentre eles, Moreiro González et al. (2004), pelo motivo de que, ao classificar conceitos hierarquicamente, constrói-se um delineamento ilustrativo complexo, o qual vai organizando os conceitos. No formato sistemático, porque entende-se que acontece pelo empenho de compreender e, deste modo, promover a explicação da relação entre os conceitos (DUTRA, 2006). No inter-relacionamento entre os conceitos, segundo Tavares (2007), pois, no decorrer de ir e vir, produz-se a construção dos seus significados.

Assim, como síntese de conhecimento, mapear conceitos, mostra um processo de estudar conceitos, visto que, no campo da ORC, para organizar é necessário sistematizar os conceitos para viabilizar a sua representação.

Em decorrência desta reflexão, evidenciou-se que ao classificar hierarquicamente os conceitos de Política de Informação de forma sistemática e observar se há inter-relacionamentos no âmbito da ORC, por meio de mapas conceituais, foi possível identificar os conceitos-chave elementares, ainda que de modo não exaustivo, que compõem o conceito de Política de Informação. Os conceitos-chave que se revelam são: preceitos e orientações; leis, regulamentações e políticas criação, uso, armazenamento, comunicação; informação, ações; indivíduos; estado e sociedade; discurso político; políticas públicas; explícita e implícita; metas e objetivos; canais de informação; Regime de informação.

Finalizando, ressalta-se a possibilidade de aproximação entre as áreas abrangidas pelo campo da Ciência da Informação, da mesma forma que se suscita a continuidade deste estudo, buscando uma maior aproximação da Organização e Representação do Conhecimento com os estudos conceituais da Política de Informação. Estudos como este revelam possibilidades amplas de diálogo entre as áreas científicas, por meio de pesquisas de metaconhecimento.

## REFERÊNCIAS

- BARITÉ, Mário. (2013) - *Diccionario de organización del conocimiento: Clasificación, Indización, Terminología*. 5ª ed. Montevideo: PRODIC.
- BARROS, José D'Assunção. (2016) - *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: Vozes.
- BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia (2008) *Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, [Consult. 20 out. 2012]. Disponível em: <http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1835.pdf>.
- CAFÉ, Lígia Maria Arruda; BARROS, Camila Monteiro; BORJA, Renata Duarte Borja; MACHIAVELLI, Marieli. (2017) - Análise conceitual do termo organização do conhecimento em teses brasileiras. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. Vol. 13, Nº1. [Consult. 1 ago. 2017]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/issue/current>.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. (2018) - *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos.
- DAHLBERG, Ingetraut. (1978) - Teoria do conceito. *Ciência da Informação*. Vol. 7, Nº 2. [Consult. 31 out. 2019]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. ISSN 1518-8353.
- DUTRA, Ítalo Modesto (2006) - *Mapas conceituais no acompanhamento dos processos de conceitualização*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Tese de doutoramento. [Consult. 21 jun. 2009]. Disponível em: [http://homer.nuted.edu.ufrgs.br/oficinas/criacao/mapas\\_prof.pdf](http://homer.nuted.edu.ufrgs.br/oficinas/criacao/mapas_prof.pdf).
- FRANCELIN, Marivalde Moacir; PINHO, Fabio Assis. (2011) - *Conceitos na organização do conhecimento*. Recife: UFPE.
- FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. (2008) - Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Vol. 13, Nº 3. [Consult. 31 out. 2011]. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/224>.
- FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. (2008) - Organização e Representação do Conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do enancib no período de 2005 a 2007. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. Vol. 1, Nº 1. [Consult. 31 out. 2019]. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7778>.
- JARDIM, José Maria; MARCONDES, Carlos Henrique. (2003) - Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*. Vol. 4, Nº 2. [Consult. 12 dez. 2019]. Disponível em:
- <http://www.brapci.inf.br/index.php/enancib/paper/viewFile/1923/1064>.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDEZ, Danilo. (1996) - *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- KÖCHE, José Carlos. (2009) - *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- LEMOS, Antonio Agenor Briquet de (1987). *Política de informação em Ciência e Tecnologia XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, [Consult. 04 dez. 2019]. Disponível em: [http://www.briquetdelemos.com.br/briquet/briquet\\_lemos3.htm](http://www.briquetdelemos.com.br/briquet/briquet_lemos3.htm).
- LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. (1990) - Política de informação em ciência e tecnologia. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília. Vol. 18, Nº 1. [Consult. 11 dez. 2019]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22601>.
- LIMA, José Leonardo de Oliveira; ALVARES, Lílian (2012) - Organização e representação da informação e do conhecimento. In: *Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. São Paulo: B4 Editores. Cap. 1, p. 21-48.
- MOREIRA, Marco Antonio. (2006) - *A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula*. Brasília: Universidade de Brasília.
- MOREIRO-GONZÁLEZ, José Antonio; LLORENS-MORILLO, Juan; GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel Marzal; MORATO-LARA, Jorge; ORENES, Pilar Beltrán; SÁNCHEZ-CUADRADO, Sonia. (2004) - De los tesauros a los topic maps: nuevo estándar para la representación y la organización de la información. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Vol. 9, Nº 18. [Consult. 31 out 2019]. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/47490>.
- NOVAK, Joseph Donald. (2000) - *Aprender criar e utilizar o conhecimento: mapas conceituais como ferramentas de facilitação nas escolas e empresas = Learning, creating and using knowledge*. Lisboa: Plátano. 252 p.
- NOVO, Hildenise Ferreira. F. (2013) - Representação do conhecimento ou representação conceitual? Uma investigação epistemológica no âmbito da Ciência da Informação e da filosofia nas considerações de Deleuze e Guatarri. *PontodeAcesso*. Vol. 7, Nº 3. [Consult. 27 março 2014]. Disponível em: [www.pontodeacesso.ici.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/9328/6939](http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/9328/6939).
- ORNA, Elizabeth. (2008) - Information policies: yesterday, today, tomorrow. *J. Inf. Sci.* Vol. 34, Nº 4. [Consult. 31 out. 2019]. Disponível em: <http://jis.sagepub.com.ez78.periodicos.capes.gov.br/content/34/4/547.full.pdf+html>.
- PAIVA, Maria Auxiliadora Vilela; FREITAS, Rony Claudio de Oliveira. (2005) - O uso de mapas conceituais como instrumento de apoio à aprendizagem da matemática. *Sapientia, CESAT - PIO XII - UNICES em Revista*. Nº 4. [Consult. 2 set. 2019]. Disponível em: [http://www.faculdade.pioxii-es.com.br/anexos/Sapientia04/RC\\_N4\\_Cesat\\_artigo\\_2.pdf](http://www.faculdade.pioxii-es.com.br/anexos/Sapientia04/RC_N4_Cesat_artigo_2.pdf).

PASEK, Judith E. (2015) - Defining information policy: relating issues to the information cycle. *New Review of Academic Librarianship*. Vol. 21, N° 3. [Consult 20 set. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13614533.2015.1009126>.

SILVA, Terezinha Elizabeth da (2019). *Política de informação: um campo em movimento IV Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento (COAIC)*, [Consult. 20 set. 2019]. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2019/coaic2019/paper/viewFile/635/429>.

SILVA, Terezinha Elizabeth da; TOMAÉL, Maria Inês (2009) *Política de informação: tendências internacionais X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, [Consult. 4 dez. 2019]. Disponível em:

<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/436/1/GT%205%20T%203%20TOMA%20c%2089L%20M.%20I..doc%20SILVA%20T.%20E.%20da.%20Poi%20c%20adtica%20de%20Informa%20a7%20c%20a3o...pdf>

SOUZA, Nádia Aparecida de; BORUCHOVITCH, Evely. (2010) - Mapas conceituais e avaliação formativa: tecendo aproximações. *Educação e Pesquisa*. Vol. 36, N° 3. [Consult. 31 out. 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a10.pdf>.

TAVARES, Romero. (2007) - Construindo mapas conceituais. *Ciências & Cognição*. Vol. 12. [Consult. 31 out. 2019]. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cc/article/view/641>.

---

Rodrigues, Maria Rosemary; Silva, Teresinha Elosabeth da; Cervantes, Brígida Maria Nogueira (2020). "A representação do conhecimento em política de informação por meio de mapa conceitual". *Cadernos BAD*, n. 1-2. <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.2463>

---

#### **Acesso e licença**

Artigo em acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-by 4.0).

#### **Revisão por Pares**

Esta revista usa um sistema de revisão duplamente cega por pares assegurada pelo conselho científico da Cadernos BAD.

#### **Conflitos de Interesse**

Os autores declaram a inexistência de conflitos de interesse na realização do presente trabalho.

#### **Confidencialidade dos Dados**

Os autores declaram ter seguido os protocolos de RGPD.

#### **Financiamento, apoio e patrocínios**

Não existiram fontes externas de financiamento para a realização deste artigo.

---

#### **Recebido**

02/12/2020

#### **Aceite**

07/06/2021

#### **Publicado**

20/12/2021

---